

ARTIGOS

NOVOS CONTEÚDOS DA POBREZA METROPOLITANA NO BRASIL

*Marina Regitz Montenegro**

RESUMO

Nos últimos anos, verifica-se o avanço da urbanização e uma redução dos índices de pobreza no Brasil. Embora a pobreza venha se reduzindo nas áreas rurais, tem se tornado cada vez mais um fenômeno urbano e metropolitano no país. A crescente aglomeração da população em grandes cidades tem sido acompanhada, assim, pela concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras. Por outro lado, esta mesma população que se empobrece também tem participado, cada vez mais, de um consumo moderno. Os dinamismos da economia pobre nas metrópoles brasileiras se tornam, hoje, crescentemente complexos; haja vista a conformação de um cenário paradoxal em que a expansão do consumo entre as camadas de baixa renda se combina ao avanço do empobrecimento nas grandes cidades. Conformam-se, deste modo, uma nova pobreza metropolitana no Brasil.

Palavras-chave: metrópole, pobreza, consumo, crédito.

NEW CONTENTS OF THE METROPOLITAN POVERTY IN BRAZIL

* Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Universidade de Santo Amaro (UNISA). E-mail: montenegromarina@hotmail.com.

ABSTRACT

In the last years, there has been an advancement of urbanization and a declining of the poverty rates in Brazil. Although poverty may be reducing in rural areas, it has become an increasingly urban and metropolitan phenomenon in the country. The growing agglomeration of population in large cities has been accompanied, thus, by the concentration of poverty in Brazilian metropolis. Moreover, this same population who becomes poorer is also increasingly taking part in a modern consumption. The dynamics of the poor economy in the Brazilian metropolis become, today, increasingly complex, given the configuration of a paradoxical scenario in which the expansion of consumption among low-income population is combined with further impoverishment in large cities. It conforms, thus, a new metropolitan poverty in Brazil.

Keywords: metropolis, poverty, consumption, credit.

URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DA POBREZA

Ao longo das últimas quatro décadas, conjugaram-se no território brasileiro os processos de urbanização, de difusão de modernizações, de alargamento da divisão territorial do trabalho e de formação de grandes metrópoles nas diferentes regiões. O processo de urbanização da sociedade e do território tem avançado rapidamente no país, cuja população urbana passou de 55,92% do seu total de habitantes em 1970 para 84% em 2010, ano em que já se contavam quinze cidades com mais de 1 milhão de habitantes no país (IBGE, 2010).

Outro processo que caracteriza a urbanização recente no país reside na crescente concentração populacional nas Regiões Metropolitanas. Em 1991, residiam nas Regiões Metropolitanas 34,86% da população brasileira, enquanto em 2010 esse

percentual já representava 36,22%. Embora metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro tenham reduzido sua participação no total da população, a maioria manteve ou aumentou sua participação neste período. Nos últimos 20 anos, a população metropolitana apresentou um aumento absoluto de aproximadamente 7,9 milhões de habitantes, o que representou 37,8% do crescimento da população do país; enquanto o incremento do restante do país foi cerca de 13 milhões de habitantes e concentrou-se sobretudo nos municípios de 100 mil a 500 mil habitantes e nas cidades não metropolitanas com população acima de 500 mil habitantes. Já os municípios de até 100 mil habitantes perderam participação ao longo deste período (IBGE, 2010; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011).

O avanço da urbanização e da metropolização conjugou-se a um processo de rearranjo da divisão territorial do trabalho no país. Desde a década de 1970, o sistema técnico contemporâneo se faz cada vez mais presente no território brasileiro, implicando uma redefinição dos contornos da divisão do trabalho. Graças aos progressos da ciência, da técnica e da circulação de informações, são criadas novas condições materiais e imateriais de realização das atividades produtivas. Ou seja, é gerada uma nova divisão territorial do trabalho fundada na especialização do trabalho nos lugares, na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já densamente ocupadas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, pp.105, 106). Processos como a desconcentração da atividade industrial, o surgimento de belts modernos e de novos fronts na agricultura e a conformação de especializações comerciais e de serviços se dão em diferentes porções do país, aprofundando a divisão territorial do trabalho e impondo cada vez mais a necessidade de cooperação entre os diversos pontos do território. Entre estes, no entanto, não deixa de haver uma hierarquia (SANTOS, 1996a, p.135), na qual o papel de comando segue sendo exercido por São Paulo, cidade que controla a maior parcela política da produção do país, frente à dispersão

da parcela técnica da produção pelo restante do território. Esta metrópole renova o seu comando do território nacional justamente em função do seu crescente poder de regulação graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada das decisões (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.269).

As metrópoles polarizam, cada vez mais, a parcela política da produção e a riqueza; apenas 15 metrópoles são responsáveis pela produção de 50,3% do PIB brasileiro (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011). Por outro lado, o aumento da pobreza concentra-se justamente nas maiores cidades do país, implicando, por conseguinte, a adaptação e segmentação de sua economia urbana, conforme veremos a seguir. Conforma-se, por conseguinte, um processo de “involução urbana”, pois “ao mesmo tempo que há modernização das atividades, há também (...) uma expansão da pobreza” (SANTOS, 1994, p.94).

A pobreza e a indigência têm se tornado, com efeito, cada vez mais um fenômeno urbano e metropolitano no Brasil (ROCHA, 2006, 2009). Enquanto a participação dos indigentes e dos pobres rurais no total destes segmentos vem se reduzindo, a participação urbana e metropolitana cresceu significativamente no país nos últimos anos, conforme revela a tabela a seguir.

Tabela 1. Evolução da participação na indigência e na pobreza brasileira segundo estratos (rural, urbano e metropolitano) - 1992, 2003, 2006 e 2009

Estratos	Indigência (%)				Pobreza (%)			
	1992	2003	2006	2009	1992	2003	2006	2009
Metropolitano	22,2	30,0	27,5	25,5	31,2	35,0	35,8	35,9
Urbano	40,6	45,7	44,9	47,8	44,5	48,8	47,3	48,6
Rural	37,2	24,3	27,5	26,5	24,3	16,2	16,8	15,5
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD in ROCHA, 2009.

Por um lado, a redução da participação das áreas rurais nos índices de indigência e pobreza se explica pelo avanço da urbanização. Por outro lado, constata-se que a concentração da população em grandes cidades, que se modernizaram ao longo das últimas décadas, tem sido acompanhada por seu empobrecimento. Segundo Maricato (2006, p.215), 33% da população brasileira concentrava-se, em 2000, em apenas 11 metrópoles, nas quais cerca de 80% dos domicílios localizavam-se em habitações precárias ou favela¹.

A crescente aglomeração da população em grandes cidades, traduzida pelo avanço da urbanização e da metropolização, tem sido acompanhada, assim, pela concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras. Conforme procuraremos mostrar, a despeito do que apontam certos indicadores, a pobreza está, em realidade, se aprofundando nas metrópoles, visto que nos últimos anos ocorreu, efetivamente, um aumento na proporção dos domicílios com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em todas as Regiões Metropolitanas do país (PNAD, 2007). Por outro lado, esta mesma população que se empobrece, também tem participado, cada vez mais, de um consumo moderno.

Frente a este contexto de avanço da urbanização e da metropolização no país combinado ao agravamento dos índices de pobreza nas maiores cidades, buscamos desvendar, a seguir, certas dinâmicas características da pobreza metropolitana no Brasil em tempos de globalização.

NOVOS CONTEÚDOS DA POBREZA METROPOLITANA NO BRASIL

Os dinamismos da economia pobre nas metrópoles brasileiras se tornam, hoje, crescentemente complexos, haja

¹ Segundo fontes do IBGE levantadas por Maricato (2006, p.215), a população brasileira cresceu 1,6% ao ano durante os anos 1990; ao longo deste mesmo período, a população vivendo em favelas aumentou 4,18% ao ano.

vista a conformação de um cenário paradoxal em que o aumento da pobreza se combina à expansão do consumo entre as camadas de baixa renda. O aumento da oferta de crédito exerce um papel central neste processo, mas vem igualmente acompanhado do avanço do endividamento e da inadimplência. Por conseguinte, a reprodução da pobreza se realiza hoje em novos termos, implicando, ao mesmo passo, um rearranjo das dinâmicas da economia pobre. Esta se encontra cada vez mais subordinada às maiores empresas e às engrenagens do sistema financeiro, conformando, deste modo, um quadro de aprofundamento da subordinação do circuito inferior da economia ao circuito superior (SANTOS, 1975).

Segundo Santos (1975), os circuitos da economia urbana se definem tanto pelas atividades realizadas em determinados contextos, quanto pelos diferentes estratos da população neles envolvidos. Por um lado, os circuitos da economia urbana compreendem divisões do trabalho coexistentes que se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades urbanas. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior. Por outro lado, os circuitos da economia englobam também os estratos da população ligados a eles tanto pela realização da atividade quanto pelo consumo.

Na medida em que a expansão recente do consumo no país envolve cada vez mais a população de baixa renda, redefinindo as relações entre os circuitos da economia urbana, cabe realizar um esforço de análise sobre o papel do consumo na definição da pobreza nas grandes cidades brasileiras hoje.

O consumo assume um papel fundamental na determinação das dinâmicas sociais no período atual. Segundo Bauman (2005), a centralidade do consumo é tal na era pós-industrial, que viveríamos hoje em uma “sociedade de consumidores”, na qual prevalece a estética do consumo em detrimento da ética do trabalho que caracterizava a sociedade de produtores da era

industrial. Para este autor, a atual “sociedade de consumidores” envolve a “refundação” das relações humanas à medida dos mercados, enquanto relações que se estabelecem entre consumidores e objetos de consumo; sendo a característica mais proeminente da sociedade atual justamente sua capacidade de comprometer seus membros como consumidores (BAUMAN, 2007). Nesta mesma linha, ao analisarem as relações atuais entre geografia e consumo, Ballesteros e Carreras (2006, p.326) consideram o consumo como “(...) a perspectiva mais importante a partir da qual se deve entender a nova diferenciação das classes sociais, distanciando-se da explicação clássica relativa à propriedade dos meios de produção”.

A partir da década de 1970, a difusão generalizada da informação já se combinava à globalização das práticas de consumo nos países subdesenvolvidos (ARMSTRONG e MCGEE, 1985). Desde então, a participação num consumo “moderno” tendia a atingir cada vez mais indivíduos, mesmo que essa participação fosse “parcial ou ocasional nas parcelas menos favorecidas” (SANTOS, 1978, p.37). No Brasil, o aumento exponencial das práticas de consumo atinge dimensões cada vez mais abrangentes, envolvendo todas as classes de renda. Esta expansão recente do consumo no país está, por sua vez, diretamente relacionada ao avanço da creditização do território e da sociedade (SANTOS e SILVEIRA, 2001), sobretudo da parcela de baixa renda da população urbana, cujo acesso ao crédito encontra-se em franca ascensão.

Para Torres et alli (2006), o aumento recente do consumo em meio aos estratos inferiores de renda no Brasil ser explica pela combinação de um conjunto de fatores. Dentre estes, destacam-se o papel das políticas públicas federais de transferência de renda, uma menor variação na estrutura de preços, o reajuste do valor do salário mínimo, a redução do tamanho da família no país, a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a maior oferta de crédito.

A renda transferida através do Programa Bolsa Família a cerca de 12,5 milhões de famílias (MDS, 2010) representa, inegavelmente, um elemento novo no orçamento de uma parcela importante da população pobre do país e, portanto, também em suas possibilidades de consumo. Os valores pagos pelo Governo Federal através do programa variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 por mês, sendo definidos em função da renda mensal per capita da família² e do número de crianças, adolescentes e de jovens nas mesmas³. As regiões mais beneficiadas pelo Bolsa Família são o Norte e Nordeste, sobretudo suas cidades menores; embora em certos Estados, as capitais também concentrem uma participação importante no total de beneficiados. Desde o início do programa, constata-se, com efeito, que as informações de rendimento da PNAD nestas regiões acusaram um crescimento significativo do valor do quesito “outros rendimentos”, no qual são registrados os benefícios assistenciais (ROCHA, 2008).

Certas dinâmicas demográficas também assumem um papel importante no crescimento recente do consumo em meio à população de baixa renda, as quais não se restringem à redução do tamanho da família no país e à maior participação feminina no mercado de trabalho, destacadas por Torres (2006). Acrescentaríamos a estes fatores de ordem demográfica, primeiramente, o próprio

² Vale destacar que, segundo Rocha (2008, p.89), apesar dos impactos positivos do Bolsa Família, é importante problematizar a “(...) questão do uso da renda como critério para a elegibilidade de beneficiários e para a avaliação da focalização dos programas de transferência de renda. A renda certamente se constitui em uma variável operacional para fins de convocação de potenciais beneficiários para o cadastramento. No entanto, dentre populações vulneráveis, a renda é preponderantemente informal, portanto não passível de comprovação, além de incerta e sujeita a fortes oscilações ao longo do tempo”.

³ A concessão do benefício envolve “condicionalidades” relativas à saúde e educação das crianças e adolescentes como a frequência escolar e o comparecimento a postos de saúde para vacinação, acompanhamento nutricional e exames pré-natais.

avanço do processo de urbanização da população brasileira, dado que a maior concentração em aglomerações urbanas expõe seus habitantes a uma gama crescente de tipos de consumos catalisados, por sua vez, pela força que a publicidade e o crédito assumem nas grandes cidades.

O avanço da urbanização de uma população, cuja esperança de vida aumentou consideravelmente nas últimas décadas⁴, implica a conjugação de dois processos. Por um lado, tem-se a maior presença de habitantes idosos que passam a consumir mais bens e serviços durante um período mais longo de vida. Por outro lado, verifica-se que a maior parcela da população brasileira encontra-se atualmente na fase adulta (30% dos habitantes urbanos estão na faixa de 20 a 64 anos), ou seja, na fase de inserção no mercado de trabalho e de obtenção de um rendimento que é voltado majoritariamente ao consumo e não à poupança ou ao investimento, dado os baixos níveis de rendimento da maior parte da população brasileira.

A redução do número de moradores por residência também tem impactos sobre o consumo, essa quantidade é atualmente inferior a 3,4 pessoas; enquanto em 2000 era de 3,8 residentes por família. Tal dado se explica pela queda da taxa de fecundidade feminina - a média de filhos por mulher no país caiu de 5,76 em 1970 para 1,8 em 2010 - e pelo aumento do número de casais sem filhos, fatores que produzem, por sua vez, uma reorganização do orçamento doméstico (IBGE, 2010). A maior participação da mulher no mercado de trabalho também implica um aumento da renda da unidade familiar, assim como amplia seu poder de gerenciamento das decisões de consumo do domicílio, redefinindo as prioridades de gastos cotidianos (ZALUAR, 2000).

A menor variação na estrutura de preços, refletida pela redução dos índices inflacionários, integra igualmente o

⁴ Segundo o IBGE, a esperança de vida ou vida média de um homem ao nascer no Brasil em 1910 era 33,4 anos; em 2000 já era 64,8 anos.

conjunto de fatores relacionados à expansão do consumo no país nos últimos anos. Os valores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/ IBGE), que mede a variação dos custos dos gastos, expressa essa redução: enquanto em 1995 a variação do IPCA foi de 22,41%, em 2000 foi de 5,97% e em 2005 de 5,69%, evidenciando uma tendência de redução inflacionária que permitiu, por sua vez, a expansão dos gastos das famílias brasileiras. Contudo, a partir de 2009, observamos uma retomada do avanço da inflação no país, evidenciada, por exemplo, pela elevação do custo de vida em suas metrópoles; no ano de 2011, a variação do IPCA alcançou 6,50% (IBGE).

É preciso considerar ainda o aumento da renda média decorrente do reajuste do salário mínimo ao longo da última década; que passou de R\$ 151,00 em 2000 para R\$ 510,00 em 2010 (DIEESE). Não obstante, o valor do salário mínimo vigente ainda é claramente insuficiente frente aos altos de custos de vida nas metrópoles brasileiras, conforme veremos a seguir.

Contudo, dentre este amplo conjunto de fatores destacados acima, acreditamos que aquele que exerce especificamente uma maior influência na expansão do consumo das camadas de baixa renda nas metrópoles seja o aumento da oferta de crédito no país. Apenas no intervalo entre 1997 e 2007, o volume da concessão de crédito pessoal no Brasil passou de R\$ 50 bilhões para mais de R\$ 222 bilhões. O aumento da quantidade de cartões (crédito, débito e de lojas) no país ao longo da última década também aparece como um indicador revelador: entre 2000 e 2010, o número de cartões cresceu mais de 520%, passando de 119 milhões para 628 milhões de unidades (ABECS, 2010). A evolução da quantidade de cartões entre 2005 e 2010, em suas diferentes funções, é retratada pela tabela a seguir

Tabela 2. Evolução do número de cartões no Brasil entre 2005 e 2010, por função dos cartões (em milhares)

Tipo de cartão/ ano	2005	2007	2010
Crédito	67.902	104.466	153.375
Débito	170.781	201.382	249.292
Rede e Loja	97.496	146.701	225.347
Total	336.179	452.549	628.0153

Fonte: ABECS, 2010.

A expansão recente do número de cartões no país envolve especialmente a população de baixa renda: em 1998, apenas 10% da população com renda individual mensal entre R\$ 200 e R\$ 500 possuía cartão de crédito; em 2004, tal percentual já alcançava 25%. Nesse período, o número de cartões possuídos por esse estrato da população passou de 7,66 milhões para 10,5 milhões. Mais da metade dessa parcela da população (58,8%) tem hoje até quatro financiamentos contratados e 72,5% parcelam as compras (PROVAR, 2007). Entre a população com renda mensal até R\$ 1.500, o crescimento do acesso aos cartões, nos últimos anos, foi ainda mais vigoroso: em 2003, esse estrato possuía 26 milhões dos 45 milhões de cartões de crédito em uso no país; enquanto em 2007, já possuía 61 milhões dos 104 milhões desse total (Pesquisas Itaucard, 2007). Nesse processo de creditização da população de baixa renda, o circuito superior parece ter reconhecido a “necessidade de desburocratizar o crédito”, posto que a rigidez e quantidade dos requisitos para o acesso a cartões e empréstimos se reduzem à medida que aumenta o custo do dinheiro (SILVEIRA, 2009, p.69).

O avanço do endividamento e da inadimplência compõe também este cenário de creditização da população: atualmente cerca de 83 milhões de brasileiros possuem dívidas no cheque especial, no cartão de crédito ou junto às financeiras (SERASA, 2010), número que equivale a 52% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Apenas no período entre 1999 e 2005, a quantidade de títulos não pagos aumentou aproximadamente 110%; enquanto o volume de crédito pessoal cresceu cerca de 290% ao

longo deste mesmo período (SERASA, 2006). Vale destacar também o volume da inadimplência na obtenção do crédito pessoal, que nos revela como a creditização engloba uma parcela da população que, muitas vezes, não possui lastro para quitar suas dívidas. Em 2007 havia, no país, cerca de 5,3 milhões de inadimplentes com atraso de mais de 90 dias; 2,2 milhões de inadimplentes com atraso de 31 a 90 dias e 1,6 milhões de inadimplentes com atraso de 15 a 30 dias (Banco Central do Brasil/ INEPAD, 2008). Parece confirmar-se, assim, a leitura de Bauman (2007), para quem o fenômeno geral de aumento da concessão de crédito visa incutir a prática da dívida não paga enquanto estratégia de vida, ou ainda, converter o “viver a crédito” em hábito.

A ampliação do acesso a certos bens de consumo duráveis (telefone, geladeira, máquina de lavar, televisão, rádio etc) entre a população pobre metropolitana do país nos últimos anos coincide, assim, com o avanço da creditização da população brasileira. Nas dez Regiões Metropolitanas⁵, verifica-se, por exemplo, que, entre as famílias com renda per capita até ½ salário mínimo, o acesso a geladeiras passou de 69% em 1995 para 88% em 2004, já o acesso a máquinas de lavar aumentou de 8% para 18% neste mesmo intervalo (TORRES et alli, 2006). Considerado o total de domicílios do país, verifica-se que em 2009, quase 94% dos lares possuíam geladeiras, 98,4% fogão e 95,7% televisão (IBGE/ PNAD, 2009).

O telefone celular constitui um dos itens emblemáticos da expansão do consumo na última década. Enquanto em 1999, havia 15 milhões de aparelhos no país (densidade de 9,1 acessos por 100 habitantes); em 2011 já eram 242,2 milhões de telefones celulares (densidade de 127 acessos por 100 habitantes), dos quais 198,1 milhões funcionavam no sistema de pagamento pré-pago (ANATEL, 2011), adotado, sobretudo, pela população de baixa renda. Vale destacar que a expansão recente do consumo

⁵ Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

se estende também a artigos como peças de vestuário, produtos cosméticos e certos itens alimentícios (como carnes e produtos achocolatados) dentre outros (IBGE/ POF, 2009).

Face à progressiva cobertura dos lares com tais itens e equipamentos de consumo, fortalecem-se, por outro lado, as dinâmicas da “obsolescência planejada”, ou seja, cresce hoje o interesse das grandes empresas em encurtar a vida dos produtos. O mercado tende a se tornar, assim, cada vez mais, o mercado da renovação, do lançamento constante de novos modelos e produtos; e os consumidores buscam, por sua vez, tomar parte nessa corrida ao consumo mais moderno.

NOVAS FORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO POPULAR

Os circuitos superior e inferior da economia urbana participam de forma ativa, direta ou indiretamente, desse processo de expansão do consumo e do aumento do crédito aos pobres nas grandes cidades brasileiras. Por um lado, os pequenos negócios do circuito inferior buscam responder ao aumento do consumo, diversificando serviços e produtos oferecidos, muitas vezes inspirados naqueles do circuito superior, através da constante renovação de uma divisão do trabalho imitativa (SANTOS, 1996). Por meio da incorporação de certos objetos técnicos modernos, de usos extremamente criativos e de uma adaptação, bastante limitada, à conjuntura, o circuito inferior vem ampliando a gama de instrumentos com os quais trabalha e o leque de serviços e produtos oferecidos.

Em contrapartida, porém, temos um circuito superior da economia cada vez mais interessado no nicho de mercado popular das chamadas classes C, D e E⁶, ou seja, naquela parcela do mercado

⁶ Segundo a FGV, a classe C corresponde ao estrato da população cuja renda mensal está entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591, a classe D aquele cuja renda mensal está entre R\$ 768 e R\$ 1.064, e a classe E aos rendimentos mensais abaixo de R\$ 768. As classes A e B têm renda mensal superior a R\$ 4.591.

tradicionalmente pertencente ao circuito inferior da economia (SILVEIRA, 2009). Verificamos hoje, nos discursos difundidos no país, uma crescente identificação dessas faixas de renda (C, D e E), oriundas de uma visão mercadológica da população, com classes sociais supostamente homogêneas. No entanto, conforme propõem Cariola e Lacabana (2001), a pobreza passa atualmente por um crescente processo de heterogeneização. As situações de fragmentação e desintegração social e laboral se diversificam nas metrópoles e, por conseguinte, a pobreza assume diferentes manifestações, haja vista o aprofundamento da indigência e da pobreza estrutural, o surgimento de novos segmentos médios empobrecidos, o aumento da vulnerabilidade das classes médias e a concentração da renda em um grupo restrito (CARIOLA e LACABANA, 2001).

Para que a população de baixa renda se insira no mercado consumidor das grandes redes, conforma-se um processo de creditização dessa parcela da população, realizado pelo próprio circuito superior. Tal processo está relacionado, por sua vez, com a consolidação das finanças enquanto variável chave do período atual (CHESNAIS, 1996), manifestada pela crescente importância do papel dos bancos e do crédito, pela multiplicação de produtos financeiros e pela financeirização de grupos industriais (ARROYO, 2009). Por meio de complexas formas de organização, observamos hoje no circuito superior bancário diversas associações entre grandes cadeias comerciais de varejo, bancos e suas respectivas instituições financeiras de crédito pessoal⁷, constituídas, em grande medida, para abarcar os pobres no mercado de consumo (SILVEIRA, 2009; LOPES

⁷ As principais instituições financeiras de crédito pessoal pertencem a grandes bancos: a Finasa pertence ao Bradesco, a Losango ao HSBC, a Fininvest ao Unibanco, a Taíi ao Itaú, a BV Financeira ao Banco Votorantim, a Panamericano ao Grupo Silvio Santos, a Citifinacial ao Citigroup, a Ibi ao COFRA Holding AG e Redevco. Esses grandes grupos associam-se, por sua vez, com grandes cadeias comerciais como Lojas Pernambucanas, Ponto Frio, Leroy Merlin etc (LOPES dos SANTOS, 2007, p.38).

dos SANTOS, 2007). O aumento explosivo do número de cartões de crédito de redes e lojas no país nos últimos cinco anos, que passou de 82,4 milhões a 224,3 milhões de unidades (ABECS, 2010), aparece como um indicador bastante revelador desta crescente associação entre redes comerciais e instituições financeiras.

As grandes empresas do circuito superior beneficiam-se, assim, não apenas da possibilidade de criar a demanda e de incitá-la por diversos canais, sobretudo através de uma propaganda altamente sofisticada que impele ao consumismo, mas favorecem-se também de uma estratégia de financeirização e endividamento desses consumidores em potencial. Estabelece-se, hoje, uma combinação entre uma publicidade que ativa o mercado e um crédito que catalisa o consumo (LOPES dos SANTOS, 2007, p.38). Daí a proliferação de uma série de artigos e serviços oferecidos pelas grandes empresas, direcionados especialmente às parcelas do mercado de menores rendimentos, às quais são oferecidas, por sua vez, diversas formas de pagamentos parcelados, nas quais não deixam de estar embutidos altíssimos juros.

O fenômeno de lançamento ou adaptação de certos produtos de “grandes marcas” voltados especificamente à população de baixa renda, que vão de alimentos a produtos de higiene pessoal, parece configurar o reverso do processo de “laminagem a ouro”, analisado por Sennet (2006), que consiste em acrescentar pequenas distinções às plataformas dos artigos para que estes se tornem “diferenciados”. A “simplificação” de certos produtos das grandes redes para o mercado pobre atinge, em cheio, o anseio do mercado da população de baixa renda pelo acesso às marcas mais conhecidas; no entanto, representa também uma nova estratégia do circuito superior para roubar mercados do circuito inferior.

No período atual, a questão do consumismo situa-se no cerne da nova economia e se torna crescentemente complexa. Na visão de Sennet (2006), a paixão auto

consumptiva não se explicaria mais apenas pelo motor da moda, fundado na publicidade e nos meios de comunicação, e pela “obsolescência planejada”. Hoje, o consumidor se envolveria mais ativamente na paixão do consumo, por meio da exaltação das marcas e da suposta potência embutida nos objetos. A crescente possibilidade da “antecipação do proveito das coisas” (BAUDRILLARD, 2008, p.171), através da compra a crédito, compõe também esse quadro de maior complexidade do consumo no período atual.

Contudo, para além da financeirização, as grandes empresas vêm adotando igualmente a estratégia de diversificação de suas topologias nas grandes cidades para alcançar os consumidores de baixa renda. Ao mesmo passo em que encontramos uma grande quantidade de instituições financeiras de crédito pessoal em plena proliferação nas áreas centrais das metrópoles do país, o circuito superior vem buscando inserir-se também em áreas da cidade até então consideradas relativamente desinteressantes pelas maiores empresas. Conforme analisado por Silveira (2009, p.68), na cidade de São Paulo, não apenas instituições financeiras de crédito pessoal, mas também grandes lojas de departamento e de eletrodomésticos têm adotado uma estratégia de localização de suas filiais em centralidades populares como o Largo Treze de Maio em Santo Amaro, o Largo de Pinheiros e Itaquera, buscando aproveitar-se da circulação intensa que estas áreas abrigam.

Em São Paulo, como em outras metrópoles do país, verifica-se também o avanço da instalação de grandes equipamentos de consumo, como *shopping-centers*, supermercados, hipermercados e lojas e serviços sob sistemas de franquias, para os bairros mais periféricos da cidade (SCIRÉ, 2009), onde se concentram um enorme mercado pobre e um estoque de terras. Destarte, o circuito superior tem avançado sobre as localizações do circuito inferior no tecido urbano, valorizando estas partes da cidade e desarranjando

os conteúdos do espaço que garantem sua existência. Diversificam-se, hoje, as práticas de compras entre os pobres, as quais tendem, cada vez mais, a se distribuir entre a oferta de grandes redes globais, agora presentes também em certos bairros periféricos, e o pequeno comércio (DUHAU e GIGLIA, 2007).

Além de afetar os pequenos negócios dos bairros periféricos, a expansão da topologia dessas grandes redes tende a redefinir o papel desempenhado pelas centralidades populares próximas; visto que os moradores das áreas periféricas passam a realizar menos deslocamentos para a realização de certos tipos de consumo, devido à instalação desses equipamentos de consumo e lazer nas proximidades de suas residências. A grande presença de *shopping-centers* em São Paulo revela, por exemplo, a capilaridade alcançada pelas grandes redes: a cidade possui 49 *shopping-centers* espalhados por seu tecido urbano (ABRASCE, 2011). Embora estejam concentrados nas áreas centrais, sobretudo no chamado vetor sudoeste, verifica-se, atualmente, a expansão dos *shoppings* para bairros periféricos; dentre os quais se destacam, por exemplo, os *Shoppings* Fiesta, Campo Limpo, Mais Largo Treze e Metrô Itaquera.

Tendo em vista que os circuitos da economia urbana se definem tanto pelas atividades realizadas quanto pelos estratos da população que se ligam a eles pela realização da atividade e pelo consumo (SANTOS, 1978), multiplicam-se hoje, face a esses processos, as relações entre eles. Estabelecem-se, no período atual, novas articulações entre o circuito inferior, enquanto a população que consome e trabalha majoritariamente nesse circuito, e os grandes agentes do circuito superior, como os bancos e suas instituições de crédito pessoal, as grandes redes de varejo, dentre outros. Neste sentido, poderíamos afirmar que se trata, mais propriamente, de novas formas de interferência do circuito superior no circuito inferior, as quais alavancam a drenagem de dinheiro, já escasso, do último para o primeiro.

Conforme afirma Silveira (2009, p.68), hoje o circuito superior tende a não desprezar nenhum mercado, orientando-se a “(...) satisfazer - e a criar - uma demanda das classes sociais que antes se vinculavam, pela produção ou pelo consumo ao circuito inferior”. O consumo crescente da população pobre nas grandes redes vem provocando, por conseguinte, novas perturbações na economia pobre, uma vez que o circuito inferior tem uma parte de sua demanda subtraída e perde mercados para o circuito superior. Aprofunda-se, ademais, a subordinação do circuito inferior ao circuito superior, já que a expansão do consumo popular nas grandes redes vem acompanhada também pelo aumento do endividamento e da inadimplência entre a camada de baixa renda.

A POBREZA BRASILEIRA EM SUAS ENTRELINHAS

A recente expansão do consumo das classes pobres no Brasil, analisada acima, vem sendo exaltada juntamente com um discurso da queda dos índices de pobreza no país.

Frente a isso, reafirmamos, primeiramente, que embora a pobreza venha se reduzindo nas áreas rurais, tem se concentrado, por outro lado, cada vez mais nas áreas urbanas e metropolitanas, onde residem 84% da população brasileira (IBGE, 2010). Ademais, devemos considerar que a redução da pobreza não pode ser reduzida ou atrelada apenas ao aumento do consumo:

Um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence (SANTOS, 1979, p.10).

Por outro lado, grande parte das pesquisas e indicadores divulgados recentemente baseia-se na distinção da população

em classes de renda A, B, C, D e E. Além de englobarem faixas de renda muito amplas, estas categorias não são, muitas vezes, propriamente definidas e tendem a reforçar uma visão mercadológica da população. Além disso, a divulgação de tais pesquisas e índices tende a não levar em conta, as altíssimas taxas de juros pagas pelas classes de baixa renda para que possam ter acesso a certos bens de consumo - a taxa de juros do crédito pessoal pode chegar a 16% ao mês - assim como buscam minimizar o forte avanço do endividamento e da inadimplência. Entretanto, os principais efeitos do crescente acesso dos pobres ao consumo através de mecanismos financeirizados residem, justamente, no endividamento excessivo, combinado ao aumento da inadimplência, e no comprometimento de uma parcela importante do orçamento doméstico das famílias de baixa renda com o pagamento de dívidas⁸ (SCIRÉ, 2009). Ou seja, o processo mágico de realização imediata da compra “(...) se confronta com a realidade sócio-econômica do indivíduo” (BAUDRILLARD, 2008, p.171) no vencimento de cada prestação.

No Brasil, assistimos hoje à constante divulgação de pesquisas e relatórios que apontam para a redução da pobreza no país. Contudo, é preciso atentar mais detalhadamente ao conteúdo desses discursos. Afirma-se, por exemplo, que entre 2006 e 2011, cerca de 20 milhões de brasileiros teriam passado das classes D e E para a chamada classe C. Para além do caráter mercadológico de tais designações, observa-se que a mudança

⁸ Segundo a Fecomercio, dentre as famílias paulistanas endividadas no início de 2011, 55,3% tinham entre 11% e 50% da sua renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas; para 14,9% delas, esse comprometimento era superior a 50%. Entre as famílias com renda até 10 salários mínimos, as principais dívidas se concentravam no cartão de crédito (68,9%), carnês (22,9%), crédito pessoal (18,7%), financiamento de carro (8,8%) e cheque especial (7,5%). Para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, o principal meio de endividamento era o cartão de crédito (65,8%), crédito pessoal (22,5%), cheque especial e financiamento de carro (15,8%) e financiamento de casa (5,8%).

de “classe” de rendimento desta parcela da população decorre, em grande medida, do efeito estatístico do aumento do salário mínimo na última década, que passou de R\$ 151,00 em 2000 para R\$ 545,00 em 2011 (DIEESE).

É preciso considerar igualmente que o salário mínimo vigente em fevereiro de 2012, de R\$ 622,00, estava a uma enorme distância do valor do salário mínimo considerado necessário, de R\$ 2323,21, para atender as necessidades vitais básicas no país nesta data, calculado pelo DIEESE. O valor do salário mínimo atual representa, portanto, cerca de $\frac{1}{4}$ do valor que deveria ser para assegurar a sobrevivência da família de um trabalhador. Embora o salário mínimo necessário seja definido constitucionalmente⁹ como um “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, (e reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim”) tais prerrogativas não são efetivamente cumpridas para garantir as condições mínimas de acesso a esses bens e serviços essenciais no país.

De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (IBGE/POF), a alimentação representa aproximadamente 35% das despesas mensais das famílias pobres. Ao tomarmos como exemplo o valor da cesta básica na Região Metropolitana de São Paulo em 2011, de R\$ 268,52, e o multiplicamos por três (cálculo de uma família com dois adultos e duas crianças que, hipoteticamente, consomem a mesma quantidade que um adulto), concluímos que o gasto mínimo de uma família com alimentação é de R\$ 805,56. Uma vez que este gasto representa $\frac{1}{3}$ dos gastos de uma família pobre, chegamos a um valor ainda superior ao do salário mínimo considerado necessário de R\$ R\$ 2323,21.

⁹ Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV.

Além disso, quando consideramos que 40% dos ocupados no país ganham até um salário mínimo, e que em 56% dos domicílios brasileiros a renda per capita é de até 1 salário mínimo (IBGE, 2010), constatamos o quão distante estamos de alcançar um padrão de remuneração minimamente necessário para que a população brasileira possa viver com um mínimo de dignidade. Enquanto fenômeno multidimensional, a pobreza não pode ser determinada, ademais, apenas em função de um valor monetário ou de um umbral determinado, pois, em realidade, se define segundo o lugar e o período em questão, ou ainda, conforme as necessidades e carências de cada momento em cada subespaço de uma formação socioespacial (SANTOS, 1979a). Assim, a pobreza deve ser definida segundo cada situação geográfica considerada.

Para cada cidade ou espaço rural, os dados objetivos (entre os quais se incluem os salários, os preços, a qualidade e a quantidade de informação e serviços oferecidos) e os dados real ou aparentemente subjetivos (noções de bem-estar, perspectivas para o futuro, sentimento de participar nas decisões) que definem uma situação de pobreza, são por demais díspares. Com efeito, existem num mesmo país diferentes situações de pobreza (SANTOS, 1987, pp.93,94).

O estabelecimento de linhas de pobreza para cada cidade e região, embora fundamentado em uma estimativa monetária, reflete a diferença do custo de vida entre os lugares. Os valores das linhas de pobreza de São Paulo, as mais altas do Brasil, explicitam “(...) a estrutura de consumo dos pobres naquela metrópole, e os preços praticados localmente (...) com necessidades e custos mais elevados de despesas, tais como habitação, vestuário, transporte e comunicação” (ROCHA, 2006, p.274). A variação deste umbral ao longo do tempo também demonstra a necessidade de pensar a pobreza em função da conjuntura de cada momento: entre 2003 e 2009, segundo Rocha

(2006), a linha de pobreza de São Paulo apresentou um aumento de 32%, passando de R\$ 238,20 a R\$ 316,39. Já em Belém, onde a linha de pobreza se situa a um nível bem mais baixo, a linha de pobreza sofreu um aumento ainda maior neste mesmo intervalo, de 41%, passando de R\$ 134,57 a R\$ 190,36.

Por outro lado, para além de valores monetários, as transformações recentes que permeiam as esferas do trabalho, da comunicação e do lazer, nos remetem à discussão sobre quais são os bens e serviços essenciais no período da globalização. Com as privatizações e a crescente mercantilização de certos serviços e necessidades básicas, como a saúde e a educação, o consumo tende a aumentar. Contudo, crescem, ao mesmo passo, as limitações de acesso aos bens de direito comum, ou ainda aos bens públicos que tendem a ser, cada vez mais obtidos privadamente (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 2010).

A redução da desigualdade, também amplamente divulgada, constitui outro indicador que deve ser analisado mais cuidadosamente. Entre 2003 e 2010 a desigualdade no país, medida pelo Índice Gini, recuou de 0,561 para 0,5304 (quanto mais próximo de 1, maior a concentração de riqueza). No entanto, o Brasil segue como um dos países mais desiguais do mundo. Segundo Pochmann (in CALLIARI, 2010), essa redução da desigualdade se limitou à esfera dos rendimentos do trabalho; pois se os dados relativos à renda do capital também fossem incluídos no cálculo, o índice apontaria uma desigualdade muito maior, conforme revela, por exemplo, o Índice Gini de concentração da propriedade fundiária no Brasil: 0,854. A renda do capital, que se multiplicou ao longo da última década, pode ser entendida como os “benefícios oriundos da posse e da gestão da riqueza” (POCHMANN in CALLIARI, 2010) que englobam os lucros e dividendos do capital, investimentos financeiros, aplicações e ganhos imobiliários. Nos últimos anos, consolida-se justamente o mecanismo de financeirização da riqueza “(...) a partir da transferência contínua do fluxo de renda gerada pela produção

e pelo trabalho para os ganhos financeiros apropriados por uma parcela ínfima da sociedade¹⁰” (POCHMANN, p.2, 2005).

Embora tenha ocorrido a redução de 3,1% ao ano do total de famílias em situação de miserabilidade (com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo) e de 2,1% ao ano das famílias pobres (com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) entre 2003 e 2008 no país; os domicílios pobres ainda representavam cerca de 30% das famílias em 2011. Além disso, ainda que se sustente que entre 2005 e 2006, 6 milhões de pessoas teriam saído da pobreza; restariam atualmente nada menos que 36 milhões de brasileiros na miséria (DESIDÉRIO et alli, 2008). Tal cifra se contrapõe, por sua vez, à estimativa da população miserável no país para a elaboração de políticas sociais do Governo Federal, como o “Plano Brasil sem Miséria”, que considera que haveria no país cerca de 16,2 milhões de pessoas extremamente pobres, o equivalente a 8,5% da população. O cálculo desta linha de extrema pobreza, claramente subestimada, define como pobres as famílias cuja renda per capita é de até R\$ 70¹¹. Este umbral corresponde, porém, apenas à metade do valor geralmente estipulado para as famílias em situação de miserabilidade - com renda mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (ROCHA, 2006) - uma vez que delimita como pobres as famílias cuja renda mensal per capita é inferior a aproximadamente $\frac{1}{8}$ do salário mínimo.

Por outro lado, como vimos acima, ainda que a pobreza venha se reduzindo nas áreas rurais, tem se tornado, ao mesmo

¹⁰ Cinco mil famílias, que representam apenas 0,01% do total de famílias do país, possuem um patrimônio equivalente a 40% do PIB nacional.

¹¹ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o valor definido é semelhante ao estipulado pelas Nações Unidas. Para levantar o número de brasileiros em extrema pobreza, o IBGE levou em consideração, além do rendimento, escolaridade e idade, a existência de banheiros nas casas, o acesso à rede de esgoto e água e à energia elétrica. Dos 16,2 milhões em extrema pobreza, 4,8 milhões não tem nenhuma renda e 11,4 milhões tem rendimento per capita de R\$ 1 a R\$ 70.

passo, cada vez mais um fenômeno urbano e metropolitano no país. A análise das séries de dados da PNAD referente às 10 Regiões Metropolitanas revela que nas maiores metrópoles brasileiras ocorreu, na realidade, um aumento na proporção dos domicílios com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo ao longo dos últimos anos, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2. Proporção dos domicílios com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo nas 10 Regiões Metropolitanas do Brasil (%) - 1995, 2003, 2007¹²

R. Metropolitana	1995	2003	2007
Belém	19,6	29,2	33,6
Fortaleza	33,0	33,9	40,6
Recife	32,4	32,4	40,6
Salvador	27,2	30,2	33,1
Belo Horizonte	15,3	16,5	20,5
Rio de Janeiro	10,9	10,4	16,8
São Paulo	6,0	11,2	15,4
Curitiba	9,2	11,1	12,6
Porto Alegre	9,9	10,1	16,4
Brasília	11,7	15,9	nd

Fonte: elaboração da autora a partir de Torres (2006) e da PNAD 2007 (IBGE).

Ao analisarmos estes dados, é preciso considerar, em primeiro lugar, que os índices de pobreza referentes às Regiões Metropolitanas representam apenas uma média e que a pobreza deve ser sempre considerada em sua particularidade em cada situação geográfica; sendo a situação relativa do indivíduo em

¹² Infelizmente não dispomos de dados mais recentes, pois os dados referentes às Regiões Metropolitanas não foram mais divulgados pelo IBGE após 2007.

sua sociedade a única medida realmente válida; uma vez que o valor dos recursos e das necessidades muda com o tempo e segundo o lugar considerado (SANTOS, 1979).

Embora à primeira vista a tabela acima sugira o avanço da pobreza entre a população metropolitana, uma vez que houve o aumento significativo na proporção de famílias pobres em todas as Regiões Metropolitanas no período em questão¹³; é preciso destacar que este crescimento pode estar também associado à melhoria de renda das famílias em situação de miséria (com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo), sobretudo a partir de meados dos anos 2000. Segundo cálculos da FGV, ao longo da última década, houve crescimento de 41% na proporção de domicílios com renda per capita até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo nas metrópoles brasileiras. Verifica-se, além disso, que entre 1995 e 2003, a proporção da população miserável subiu praticamente em todos os anos nas metrópoles do país, tendo passado de 15,07% em 1995 para 21,25% em 2003. Não obstante, a partir de 2003, há uma interrupção nesta tendência de alta, uma vez que em 2005, esta proporção se reduziu para 16,22% (NERI, 2007, p.63). Contudo, no intervalo entre 2003 e 2007, é preciso considerar o efeito estatístico do aumento de 58,3% do salário mínimo, que passou de R\$ 240,00 para R\$ 380,00¹⁴. De todo modo, tais cifras evidenciam a situação de escassez em que vive grande parte da população nas maiores cidades do país.

De acordo com a tabela acima, o aumento na proporção de domicílios com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo não ocorreu com a mesma velocidade nas diferentes metrópoles, tendo se dado com maior intensidade em São Paulo, onde tal proporção cresceu mais de 2,5 vezes, e em Belém, onde quase dobrou em 12 anos.

¹³ Na tabela, os dados de 1995 e 2003 foram ajustados conforme o valor do salário mínimo de 2003, a partir do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

¹⁴ Neste mesmo período, a inflação, medida a partir do IPCA, foi de 33,9% (IBGE); isso significa que houve um aumento real do salário mínimo entre 2003 e 2007.

Destaca-se, por outro lado, o fato de que a proporção de famílias pobres tenha extrapolado, em 2007, a faixa de 40% dos domicílios das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e de Recife, e de 33% em Belém e Salvador. Tais índices nos apontam a magnitude do fenômeno da pobreza metropolitana no Nordeste, região onde se concentram as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família.

O processo de pauperização revela-se também na deterioração da renda da população brasileira. Em 2010, o valor real do salário mínimo, parâmetro para construção de tais estatísticas, correspondia a menos de 46% do seu valor inicial, estabelecido em 1940. Entre 1997 e 2005 houve uma queda de 25% dos rendimentos médios individuais derivados do trabalho no país, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Já no município de São Paulo, registrou-se uma redução de 45% no rendimento médio dos assalariados em seus trabalhos principais entre 1995 e 2004 (SEADE/ DIEESE, 2004).

A partir de tais dados, evidencia-se, por fim, como esta mesma população que se empobrece, também participa cada vez mais, de forma paradoxal, de um consumo moderno. Tal como afirma Bauman (2005, p.38), parecemos avançar assim rumo à constituição de uma sociedade composta por consumidores imperfeitos que se encontram, por sua vez, crescentemente imersos em dívidas.

Conforma-se, deste modo, uma nova pobreza metropolitana no Brasil. Por um lado, esta pobreza passa a abrigar hoje novos conteúdos, participando crescentemente de um consumo moderno e da creditização do conjunto da sociedade. Por outro lado, esta mesma pobreza permanece como resultado indireto da modernização atual.

Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em conseqüência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucro e menos

capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e mais endividado (SILVEIRA, 2009, p.72).

A reprodução da pobreza vem assumindo, assim, um novo formato, haja vista a intensidade dos processos de creditização e a financeirização da pobreza e o avanço do endividamento e da inadimplência. Esses processos se dão com maior intensidade justamente nas metrópoles, onde o custo de vida é mais alto e a criação de necessidades acompanha o ritmo da aceleração contemporânea. A luta contra a escassez (SARTRE, 1960) ganha, assim, novas dimensões, revelando-nos problemas profundos que precisam ser enfrentados.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, W. e MCGEE, T. Theatres of accumulation. Studies in Asian and Latin American Urbanization. Cambridge: University Press, 1985, 269 p.
- ARROYO, M. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. In: Mendonça, F., Lowen-Sahr, C. L. e Silva, M. da (Orgs). Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 479-496.
- BALLESTEROS, A. G. e CARRERAS, C. Geografía y consumo. In: HIERNAUX, D. e LINDÓN, A. (Orgs). Tratado de Geografía Humana. México: Editorial Antrophos, 2006, p. 320-336.
- BAUDRILLARD, J. O sistema de objetos. São Paulo: Perspectiva, 2008, 5ª edição.
- BAUMAN, Z. Work, consumerism and the new poor. New York: Open University Press, 2005, 131 p.
- _____. Vida de consumo. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- CALLIARI, T. Os ricos? Cadê os ricos?. Retrato do Brasil, São Paulo, edição n.32, p. 20-29, 2010.
- CARIOLA, C. e LACABANA, M. La metrópoli fragmentada. Caracas

entre la pobreza y la globalización. Revista Eure, Santiago, v.27, n.80, p. 5-21, maio 2001.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DESIDÉRIO, M. et alli. Desigualdade ganha espaço na mídia. Revista Eletrônica Diversidade, outubro/ dezembro, 2007.

DUHAU, E. e GIGLIA, A. Nuevas centralidades y prácticas de consumo en la Ciudad de México: del microcomercio al hipermercado. Revista Eure, Santiago, v. XXXIII, n.98, p. 77-95, maio 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Rio de Janeiro: FIBGE, 2007.

_____. Censo Demográfico, Rio de Janeiro: FIBGE, 2010.

_____. Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), 2009.

LOPES dos SANTOS, K. Uma financeirização da pobreza? O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. Trabalho de Graduação individual. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARICATO, E. Posfácio de DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Financiamento de Assistência Social no Brasil. Governo Federal. Brasília, dezembro, 2010.

MONTENEGRO, M. R. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. São Paulo: USP, 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NERI, M. C. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. Revista Nueva Sociedad, ISSN: 0251-3552, p. 53-75, outubro de 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As Metrôpoles no Censo 2010: novas tendências? Rio de Janeiro, 2011.

POCHMANN, M. Economia do Microempreendimento informal no

- Brasil. Brasília, SEBRAE, Texto para discussão n.2, agosto de 2005.
- _____. Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, 104 p.
- ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil - algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia, Belo Horizonte, 16 (2), p. 265-299, maio-agosto de 2006.
- _____. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. Revista Economia contemporânea, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr 2008.
- _____. Série de dados e tabulações. Linhas de pobreza e de indigência. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), 2009.
- SARTRE, J. P. Critique de la raison dialectique. Paris: Gallimard, 1960.
- SANTOS, M. L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- _____. O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. Pobreza Urbana. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. O Espaço do cidadão. São Paulo: Studio Nobel, 1987, 142 p.
- _____. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec, 1994, 145 p.
- _____. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCIRÉ, C. D'I. de O. Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo.

SENNET, R. A cultura do novo capitalismo. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2006, 189 p.

SILVEIRA, M. L. Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. Caderno CRH, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

_____. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Texto apresentado no XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), Porto Alegre, 2010.

TORRES, H. da G.; BICHIR, R. M. e CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente?. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 74, p. 17-22, 2006.

ZALUAR, A. A máquina e a Revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 2000, 265 p.

Principais sites consultados:

Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) (www.anatel.gov.br)

Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) (www.abecs.org.br)

Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) (www.abrasce.com.br)

Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) (www.dieese.org.br)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (www.ibge.gov.br)

Pesquisas Itaucard (ITAU) (www.italu.com.br/itaucard)

Fundação Getúlio Vargas (FGV) (www.fgv.br)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (www.mds.gov.br)

Observatório das Metrópoles (www.observatoriodasmetroles.net)

Programa de Administração do Varejo (PROVAR) (www.provar.org.br)

Serasa Experian (SERASA) (www.serasaexperian.com.br)